

## Desafios do trabalho docente no Brasil em tempos de pandemia

### Desafíos del trabajo docente en Brasil en tiempos de pandemia

### Challenges of teaching work in Brazil in pandemic times

Recibido: 30-09-2022    Aceptado: 20-02-2023    Publicado: 30-04-2023

Regina Aparecida Correia Trindade   
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, Brasil  
Autora de correspondencia: [ginatrindade@gmail.com](mailto:ginatrindade@gmail.com)

Fabiana Nery de Lima Pessanha   
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, Brasil

#### Resumo

**Objetivo:** O artigo buscou destacar, em diálogo com os pressupostos marxistas, as nuances da precarização do trabalho docente no Brasil, destacando e problematizando a chamada educação remota como estratégia adotada em tempos de pandemia de covid-19. **Metodologia:** Nas concepções teórico-metodológicas do materialismo histórico-dialético, buscamos caminhos para uma reflexão crítica sobre o tema, a partir de uma perspectiva conjuntural no que diz respeito às influências ideológicas, econômicas e políticas e às ofensivas ao trabalho docente. As reflexões são referenciadas nos ataques capitalistas e neoliberais que assolam as condições simbólicas e concretas do trabalho do professorado. **Resultados:** Em busca de uma discussão original, a pesquisa qualitativa revelou que alguns procedimentos determinados para o trabalho docente podem ser entendidos como formas de (re)atualização da exploração do trabalho. **Conclusões e discussões:** Como conclusões, à luz dos pressupostos marxistas, apontamos que a precarização docente se refere a projetos conservadores e reacionários em disputa por hegemonia em contextos sociais, midiáticos e políticos, que já eram praticados antes da pandemia, e que, antes dela, se mostraram uma poderosa iminência de mercantilização da educação e esvaziamento do sentido político e ontológico do ato de educar.

**Palavras-chave:** Brasil, educação, marxismo, pandemia, professores, trabalho.

#### Abstract

**Objective:** The article sought to highlight, in dialogue with Marxist assumptions, the nuances of the precarity of teaching work in Brazil, thickening and problematizing the so-called remote education as a strategy adopted in times of pandemic covid-19. **Methodology:** In the theoretical and methodological conceptions of dialectical historical materialism, we sought ways for a critical reflection on the theme, from a conjuncture perspective, with regard to ideological, economic and political influences and attacks on teaching work. The reflections are referenced in the capitalist and neoliberal attacks that console the symbolic and concrete conditions of teaching work. **Results:** In search of an original discussion, qualitative research revealed that some procedures determined for teaching work can be understood as ways of (re)updating labor exploration.

**Como citar este artigo (APA):** Aparecida Correia Trindade, R & Nery de Lima Pessanha, F. (2023). Desafios do trabalho docente no Brasil em tempos de pandemia. *Educación y Humanismo*, 25(44), pp. 174-196. <https://doi.org/10.17081/eduhum.25.44.5295>



**Conclusions and discussions:** As conclusions, in light of Marxist assumptions. We point out that teacher precariousness refers to conservative and reactionary projects in dispute for hegemony in social, media and political contexts, which had already been practiced before the pandemic, and which, before it, has proved to be a powerful imminence of commodification of education and the emptying of the political and ontological sense of the act of educating.

**Keywords:** Brazil, education, marxism, pandemic, teachers, work.

### Resumen

**Objetivo:** El artículo busca destacar, en diálogo con los supuestos marxistas, los matices de la precariedad del trabajo docente en Brasil, subrayando y problematizando la llamada educación remota como estrategia adoptada en tiempos de pandemia de covid-19. **Metodología:** En las concepciones teóricas y metodológicas del materialismo histórico dialéctico, se buscaron vías para una reflexión crítica sobre el tema, desde una perspectiva coyuntural, con respecto a las influencias ideológicas, económicas y políticas y los ataques a la labor docente. Las reflexiones se referencian en los ataques capitalistas y neoliberales que consuelan las condiciones simbólicas y concretas del trabajo docente. **Resultados:** En busca de una discusión original, la investigación cualitativa reveló que algunos procedimientos determinados para el trabajo docente pueden ser entendidos como formas de (re)actualización de la exploración laboral. **Conclusiones y discusiones:** Como conclusiones, a la luz de los supuestos marxistas, señalamos que la precariedad docente se refiere a proyectos conservadores y reaccionarios en disputa por la hegemonía en contextos sociales, mediáticos y políticos, que ya se habían practicado antes de la pandemia, y que, antes de ella, ha demostrado ser una poderosa inminencia de mercantilización de la educación y el vaciamiento del sentido político y ontológico del acto de educar.

**Palabras clave:** Brasil, educación, marxismo, pandemia, profesores, trabajo.

## Introducción

A inclinação e o empenho na produção deste artigo se direcionam em pensar as contribuições oriundas da perspectiva do marxismo para uma reflexão e problematização necessárias aos atuais desafios do trabalho docente, no Brasil, no cenário contemporâneo, especialmente, pós-pandemia da Covid-19. Entendemos que o legado das concepções marxistas oferece interlocuções para problematizarmos as contradições geradas pelo capitalismo e que estão continuamente imbricadas nos reveses que perpassam o mundo do trabalho, de modo particular, do trabalho docente.

Em perspectiva histórica, o pensamento filosófico e político de Karl Marx evidencia preocupação com o advento das grandes massas e o conseqüente drama da *questão social* (Weffort, 1996) diante dos efeitos devastadores da nova sociedade que surgia, no contexto das revoluções política e econômica europeias, do século XIX. Marx, portanto, combina “uma teoria da sociedade (e da economia) e uma teoria da revolução” (Weffort, 1996, p. 11), o que subsidia e aponta, até os dias atuais, para a necessidade de nos voltarmos e problematizar os rumos cada vez mais complexos que vêm delineando as relações sociais de trabalho, enquanto produção material da vida humana, nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Marx foi o pensador que melhor descreveu a emergência da burguesia e do proletariado, no contexto de ascensão do capitalismo clássico industrial europeu. Nesse

contexto, suas concepções guardam uma estreita ligação com o campo do pensamento socialista, quando a ideia da revolução é colocada no próprio cerne de visão, construída pelo filósofo, sobre a sociedade moderna. Ainda, segundo [Weffort \(1996\)](#), a propensão de interrelacionar uma concepção da política a uma concepção do homem, e da sociedade, alcança plenitude no pensamento de Marx. Nesse entendimento, defendemos a *atualidade da revolução*, um dos principais aspectos do marxismo, como caminho para pensar a questão do trabalho docente, na contemporaneidade, delineada como uma questão cotidiana particular, mas que possui relação direta com a totalidade histórico-social.

Partindo da reflexão acima, ressaltamos que o diálogo com o referencial marxista se apresenta na perspectiva de reconhecer que a problematização do tema em torno da categoria trabalho não se dissocia dos processos de conformação do Estado nacional brasileiro em sua gênese estrutural. Assim, posicionamos o debate a partir de nossa compreensão sobre as múltiplas relações estabelecidas entre Estado e sociedade, nos contornos do modo de produção capitalista, partindo do entendimento do Estado como arena de condensação *material e específica* de correlações de forças e materialização de conflitos, conforme proposição de [Poulantzas \(1985\)](#), evidenciando as disputas de interesses entre as frações da burguesia nacional e, de outro lado, o grande contingente da massa de trabalhadores.

Atualmente, temos assistido a múltiplas reatualizações das condições de opressão ([Freire, 2005](#)) da classe trabalhadora, no Brasil e no mundo, o que nos leva a reforçar a luta pela desnaturalização “do modo de produção capitalista doravante chamado de ‘mercado’ ou de ‘democracia’, tornando-se o único horizonte crível de toda a humanidade” ([Cahen e Braga, 2018](#)). Assim, o diálogo com o legado marxista imprime a necessidade de abordar situações concretas, sem anular o esforço teórico e epistêmico de reconhecê-las em sua atualidade e complexidade, considerando a dialética estabelecida com as complexidades do capital.

Os efeitos após a conjuntura da pandemia da Covid-19 que vêm agudizando e evidenciando as desigualdades econômicas e sociais, reveladas no âmbito latino-americano, adensam esta discussão. Conforme indica a Comissão Econômica para a América Latina ([CEPAL, 2022](#)),

[...] entre 2020 e 2021 as pessoas em situação de extrema pobreza aumentaram em quase cinco milhões. [...] A crise sanitária permanece vigente e América Latina e Caribe [foi] a região mais vulnerável do mundo nessa pandemia. Assim, como consequência da prolongada crise sanitária e social da pandemia da COVID-19, a taxa de extrema pobreza na América Latina teria aumentado de 13,1% da população em 2020 para 13,8% em 2021, um retrocesso de 27 anos [...]. Isso significa que o número de pessoas em extrema pobreza passaria de 81 para 86 milhões [...]. ([CEPAL, 2022](#))

O cenário descrito nos convoca a problematizar, em perspectiva ampla, as condições simbólicas, materiais e sociais das relações de trabalho, bem como da partilha dos bens socialmente produzidos, contemplando o segmento docente enquanto grupo particular integrante da classe trabalhadora. Em diálogo com [Antunes \(2020\)](#) compreendemos que o *capital pandêmico*, concebido como o enlace entre o sistema antissocial e a crise

estrutural do capital com o disparo da pandemia, projeta ainda mais força aos ataques inerentes à estrutura e essência do capitalismo em direção aos trabalhadores.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [PNADC], do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), referentes ao quarto trimestre de 2022, no Brasil, a taxa da população desempregada alcançou 8%, aproximadamente, representando as pessoas em idade produtiva que estavam disponíveis e tentaram encontrar trabalho, mas não conseguiram. Antunes (2020) caracteriza como lastimável a fração da população brasileira que vive o “desemprego por desalento”, que chegou a 4 milhões de pessoas, no mesmo ano (IBGE, 2022). Com estimativa populacional de mais de 210 milhões de habitantes, mais precisamente, 213.317.639 pessoas, de acordo com o (IBGE, 2021), em 2022, o percentual de desempregados, no Brasil, alcançou cerca de 8,6 milhões de pessoas (IBGE, 2022).

Os dados acima mostram o alto contingente de trabalhadores/as brasileiros/as em situação de desemprego, onde muitos, acabam caminhando para a informalidade. Assim, é possível inferir os agravantes das condições materiais de subsistência de ampla parcela de trabalhadores e famílias brasileiras, imersa em uma realidade de altíssima precarização econômica que atinge, principalmente, os grupos integrantes dos extratos mais empobrecidos da população.

Ademais, a integração entre a pandemia e os impactos nos setores da econômica provocou um brusco declínio no contingente de ocupados, no país, que viu desaparecer mais de 7 milhões de postos de trabalho, quando comparado ao início do ano pandêmico, em 2020. De acordo com o IBGE (2022), menos de 90 milhões de brasileiros estavam atuantes no mercado de trabalho em meados do ano de 2020, o que correspondia a menos de 50% da população na faixa etária produtiva brasileira.

Em cenário mais recente, ainda estamos a vislumbrar a terrível realidade do contingente da massa dos sem emprego no território nacional:

[...] segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), [as] maiores taxas de desemprego foram da Bahia (15,5%), Pernambuco (13,6%) e Sergipe (12,7%) [...]. Na média nacional, a taxa de desemprego ficou em 9,3% [ao final do primeiro semestre de 2022], mas com a falta de trabalho ainda atingindo quase 10,1 milhões de brasileiros, conforme já divulgado anteriormente pelo IBGE. [...] e número de informais é recorde [com desemprego atingindo] mais mulheres, negros e jovens. A taxa de desemprego foi de 7,5% para os homens e de 11,6% para as mulheres; ou seja, a desocupação das mulheres é 54,7% maior que a dos homens; Para brancos (7,3%), a taxa ficou abaixo da média nacional (9,3%), e para pretos (11,3%) e pardos (10,8%) ficou acima; no 2º trimestre, 64,7% dos desempregados no país eram pretos ou pardos. [A] taxa de informalidade o país foi de 40% da população ocupada. (Central Brasileira do Setor de Serviços [CEBRASSE], 2022)

Em contexto de extrema exclusão dos postos de trabalho e da socialização dos bens socialmente produzidos, característica inerente do modo de produção e acumulação capitalista, voltamo-nos a problematizar os níveis estruturais de expropriação da classe

trabalhadora, agudizados pelas consequências da pandemia. No caso brasileiro, os níveis elevados de precarização das condições de trabalho, que abarcam parcela significativa de subempregados e, sobretudo, de trabalhadores informais, instigam a problematizar as acentuadas disparidades estruturais geradas pelo sistema econômico do capital. Nesse sentido, [Harvey \(2020\)](#) nos auxilia a pensar nas relações de classe inerentes aos desafios da pandemia de Covid-19, que atingiu os trabalhadores de modo intensamente desigual. Assim, somos levados a pensar em possibilidades contra-hegemônicas que possam romper paradigmas na contínua relação dialética entre capital e trabalho.

Atuantes nas mais desafiadoras condições de trabalho enfrentadas pela nossa sociedade, especialmente em tempos de pós-pandemia, reiteramos que, no contexto brasileiro, o professorado, ou seja, a classe docente, vem enfrentando os duros golpes da desregulamentação das políticas sociais que continuam a serem impetrados pelo neoliberalismo, intensificando medidas de exploração e expropriação da classe trabalhadora, sobretudo em tempos contemporâneos.

Alinhadas ao campo teórico-político marxista, entendemos que,

Em tempos sombrios, nos quais as influências da ideologia neoliberal, conservadora e reacionária, parecem permear, cada vez mais, a conjuntura política do estado brasileiro, acreditamos ser de extrema importância problematizarmos os desafios do trabalho docente diante dos incessantes ataques à escola pública, à educação crítica e aos educadores, no Brasil, especialmente nos últimos anos ([Alencar e Pessanha 2021, p. 192](#)).

Objetivando adensamento teórico e diálogo com os atravessamentos que vêm se impondo sobre o ofício dos professores, a categoria trabalho será discutida como uma das questões centrais neste artigo. Na sequência, o ofício docente será problematizado mediante os assédios neoliberais que não cessam de incidir sobre a escola pública, e seus profissionais, complexificando, ainda mais, a histórica relação de exploração e opressão ([Freire, 2005](#)) das condições da classe trabalhadora, especialmente, no caso do capitalismo dependente ([Fernandes, 2008](#)) brasileiro. No caso do ofício dos professores, daremos destaque a alguns aspectos relacionados à tendência do empresariamento no campo da educação.

Em diálogo com [Fernandes \(1972\)](#), compreendemos que o capitalismo dependente brasileiro expressa o antiprojeto de nação impetrado pelas frações da burguesia nacional que, historicamente, se recusam a construir e fortalecer uma estrutura político-institucional e econômica nos moldes do liberalismo-clássico e em conformidade com o ideário nacional republicano. O autor nos conduz a compreender a histórica condição dependente e periférica do Brasil em relação ao capitalismo central, cujas frações da burguesia nacional não chegaram a romper com os centros hegemônicos de dominação política e econômica, subsidiando o subdesenvolvimento do país e a superexploração da grande massa trabalhadora, resultado de um projeto de Estado incapaz de consolidar uma agenda política de direitos sociais.

Diante das questões emergentes, buscamos aprofundar a problematização sobre as condições do trabalho docente, trazendo análises empíricas a respeito de alguns sistemas

educacionais que vêm intensificando, brutalmente, a exploração dos trabalhadores professores, sobretudo os de maior instabilidade em seus vínculos empregatícios, implementando meios de adaptação subjetiva da categoria às formas remotas adotadas para a realização do trabalho pedagógico, particularmente, pós cenário da pandemia de Covid-19. Essas novas formas de trabalho passam pela via da produção digital e online. Além disso, a categoria tem sofrido com o fulminante processo neoliberal de desregulamentação das leis trabalhistas como formas de superexpropriação do trabalho do professorado, que se mantêm intensa, mesmo após período crítico da pandemia.

### Método

Do ponto de vista teórico-metodológico, explicitamos que as reflexões e problematizações apresentadas neste artigo são tecidas a partir da compreensão de que um dado fenômeno social, particular, possui relação direta com a produção da materialidade da existência, imbricada na totalidade histórico-social. Assim, demarcamos a perspectiva crítica em torno das concepções do materialismo histórico dialético, através da qual buscamos problematizar e inquirir a problemática que envolve o trabalho docente, na atualidade.

Frigotto (2016) ao refletir sobre o *labirinto* dos referenciais teóricos no qual se situam, hoje, as ciências sociais e humanas, dentre elas, o campo educativo, nos alerta para a necessidade de resgate da historicidade, na busca por compreensão e transformação da realidade. Desse modo, distinguimos nos planos histórico, material e concreto, os fenômenos que interferem e condicionam as políticas direcionadas ao trabalho docente, em face das contradições do capital, compreendidas em dimensão estrutural. Assim circunscrevemos nosso percurso analítico nos contornos do materialismo histórico-dialético que, nas palavras de Frigotto (2016),

[...] nos permite relacionar o recorte de um objeto de análise e sua delimitação a uma totalidade histórica mais ampla.

[...] A vigilância crítica ao delimitar um objeto e as mediações que o constituem numa totalidade concreta são os elementos básicos que caracterizam o caráter dialético e, portanto, histórico do método (Frigotto, 2016, p. 74).

Por meio do horizonte teórico das formulações marxistas, em diálogo com Frigotto (2016), buscaremos, no bojo da perspectiva crítica e dialética do materialismo histórico, compreendendo-o como um instrumental radical capaz de abarcar a crítica às relações sociais inerentes à sociedade capitalista, problematizar a função docente e os caminhos de sua precarização, bem como, os sentidos da educação, neste momento complexo de ineditismo histórico no campo social e educacional.

### Resultados

#### 1. Centralidade, historicidade e transformações no mundo do trabalho

Em sua dimensão ontológica, em diálogo com o legado marxista, o trabalho é concebido enquanto esfera constitutiva do homem, base educativa e instância

fundamental para a produção e continuidade existencial da vida humana. Referenciadas em alguns autores de base marxista, como Gaudêncio Frigotto, Ricardo Antunes, e o ex-patrono da educação brasileira, Paulo Freire, compreendemos o trabalho enquanto instância de formação do homem social (Silva, 2019). Segundo Marx (2006), o trabalho possibilita dupla transformação entre a natureza e o homem, se tratando de uma ação deliberada pela qual o homem transforma o seu meio a si mesmo. Seguindo, o filósofo alemão concebe, ainda, que o trabalho é uma prerrogativa genuinamente humana, em sua essência.

Nos contornos do modo capitalista de produção, o trabalho é tornado mercadoria. No movimento contínuo de produção e reprodução do capital, Marx (2006) ensina que o trabalho humano sofre um processo de expropriação e, conseqüentemente, a força de trabalho é subjugada à mais-valia. Como produto da estratificação social do trabalho, temos uma sociedade hierarquizada em classes sociais com interesses distintos. Com a exploração da força de trabalho do homem pelo próprio homem, a minoria passa a controlar e monopolizar os meios de produção, ao passo que, à grande massa, resta a alienação com relação ao seu próprio trabalho, o que gera relações sociais de produção abissalmente desiguais.

Na precarização das relações de mercado e objetificação da atividade humana laborativa, uma vez superexplorada, o homem, enquanto ser social, foi expropriado de seu processo de *conscientização* (Freire, 1992). De acordo com Freire (1992), a *conscientização* está associada às relações sociais e políticas estabelecidas pelos homens entre si. Assim, interessa-nos problematizar os distanciamentos que se estabelecem entre o processo humano da *conscientização*, e as bases das relações sociais capitalistas de produção, que desconfiguram as relações de trabalho no que tange a própria atividade produtiva, ontológica e social, privando o homem de experienciar o trabalho como uma prática promotora da liberdade.

Alinhadas à crítica de Mézáros (2002, 2008), fazemos lembrar que o sistema capitalista, enquanto modo de produção material e social, abarca quase todas, senão todas, as áreas da vida em sociedade, provocando algumas das maiores antíteses das sociedades capitalistas modernas, ou seja, a categoria humana do trabalho não está ileso de se tornar, também, mercadoria e de sofrer os impactos para atender aos interesses do capital, especialmente em tempos de pós pandemia e de governos de extrema direita, como estivemos a vivenciar, no último governo brasileiro (2019-2022).

Frigotto (2016, 2017) e Antunes (2020) alertam sobre as forças de extrema neoliberal e de extrema direita que incidem sobre a categoria trabalho e sobre os trabalhadores/as, em geral. Nesse contexto, traçamos algumas considerações sobre o que compreendemos das complexidades do neoliberalismo enquanto fenômeno que vem se tornando globalmente hegemônico e que tem impactado, visceralmente, a classe trabalhadora brasileira. Segundo Anderson (1995), “O neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (Anderson, 1995, p. 9).

As ideias neoliberais foram disseminadas durante grave crise por que passava o grande capital, na década de 1970, a fim de “preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (Anderson, 1995, p. 9). No que tange ao mundo do trabalho, o pacote neoliberal implementa a manutenção de um Estado parco na garantia dos direitos sociais, além de críticas contundentes à proteção e burocracia estatais, supostamente excessivas. Logrando ampla hegemonia como ideologia, o neoliberalismo alcançou a Europa oriental e a União Soviética, entre os anos de 1989 e 1991, até chegar, mais tardiamente, à América Latina (Anderson, 1995). No Brasil, o intelectual Bresser-Pereira (1996) detalhou a reforma da administração pública gerencial, iniciada na década de 1990, quando o neoliberalismo ganhava corpo no país, sobretudo nos governos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998) e (1999-2002), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em oposição à administração burocrática clássica, Bresser-Pereira (1996) explica que o objetivo principal da reforma gerencial, no bojo da redefinição neoliberal das funções do Estado, é promover a descentralização do Estado brasileiro, abrindo caminho para a consequente privatização e desregulamentação da esfera estatal. O autor já afirmava que “o Estado moderno, que prevalecerá no século XXI, deverá ser um Estado regulador e transferidor de recursos, e não um Estado executor” (Bresser-Pereira, 1996, p. 27).

No percurso histórico, no século XXI, as novas transformações na organização e natureza das relações sociais e econômicas do trabalho, vêm sendo atribuídas ao uso de novas tecnologias relacionadas à comunicação e à informação. Do ponto de vista social, a retração de direitos têm sido o grande marco neoliberal da flexibilização imposta aos trabalhadores. No Brasil, o debate vem sendo marcado a partir da conjuntura em que Michel Temer assumiu, interinamente, a presidência da república (2016-2018), após o golpe de Estado (Lowy, 2016) que, por meio de um processo de *impeachment*, destituiu Dilma Rousseff, líder de centro esquerda e representante do partido dos trabalhadores, da presidência da República. O golpe de estado escancarou os caminhos para as contrarreformas neoliberais e para a eleição de Jair Bolsonaro, governo de extrema-direita, que presidiu o país entre 2019 e 2022.

A partir de então, as frações autocráticas da burguesia brasileira (Fernandes, 1972) apoiaram os mais duros ataques aos direitos sociais consignados na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. As contrarreformas trabalhistas, a partir de 2016, e da Previdência, em 2019, ao lado das Emendas Constitucionais (EC) nº 93 e 95, ambas de 2016, e da agenda de austeridade fiscal, materializam as forças neoliberais severamente desregulamentadoras das políticas sociais em direção à classe trabalhadora e aos cidadãos brasileiros.

Aprovada no governo do ex-presidente Michel Temer, em 2016, a reforma trabalhista, representou o retrocesso dos direitos dos trabalhadores e a superexploração cada vez mais intensa das condições materiais e simbólicas do trabalho, gerando insegurança e instabilidade à imensa maioria dos trabalhadores brasileiros, dentre os quais, também, à classe docente, que se intensifica e se materializa, em última instância, na informalidade. Aprovada para vigorar por vinte exercícios financeiros, por seu turno, a EC nº 95/2016,



estabeleceu um Novo Regime Fiscal (NRF) no país, fixando limites para as despesas primárias da União nos serviços sociais.

Segundo [Amaral \(2017\)](#), a partir da análise da execução orçamentária do Poder Executivo da União, em 2017, “o valor aprovado [na Lei Orçamentária Anual (LOA)] para o Ministério da Educação (MEC) decresceu 9,87 pontos percentuais descontando-se a inflação” ([Amaral, 2017, p. 19](#)). Assim, é possível afirmar que a EC nº 95/2016 promove a “morte” do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) ([Amaral, 2017](#)). De acordo com estimativa de Rossi *et al.* (2019) *apud* [Farenzena \(2021, p. 8\)](#), com a regra do “Teto de Gastos”, os 18% de gasto obrigatório em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) como proporção da receita líquida de impostos da União cairão para 16%, em 2026. Em síntese, essas pesquisas têm apontado que as imposições da EC nº 95/2016 vem impactando direta e negativamente o setor da educação pública, no país.

A aprovação da reforma da previdência, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), em 2019, atingiu também os docentes da Educação Básica, impoñto a ampliação do tempo de contribuição e da idade mínima, para aposentadoria. Segundo a plataforma [Laboratório de Dados Educacionais \(LDE\)](#), em 2020, o Brasil dispunha de mais de 1 milhão e meio de docentes, mais precisamente, 1.711.932, atuando nas redes públicas, federal, estaduais e municipais de Educação Básica, em todo o país. Se contabilizados os vínculos na rede privada, que registram mais de 500 mil docentes, precisamente, 547.863, chega-se ao total de mais de dois milhões de professores. Esses dados mostram a amplitude da parcela de trabalhadores docentes formais, no país, atingidos pelas medidas neoliberais no campo de regulamentação trabalhista e previdenciária.

Em reflexão junto à [Harvey \(2020\)](#) destacamos que os efeitos deletérios da crise pós-pandêmica já compõem e intensificam os agravantes do legado neoliberal sobre os trabalhadores, em geral, e a classe docente, em particular, à medida que as relações capitalistas se toram uma ameaça para o equilíbrio da vida em sociedade, de modo peculiar, no século XXI.

Considerando o panorama sinteticamente exposto, recuperamos as considerações de [Antunes \(2020\)](#) ao refletirmos sobre a complexa arquitetônica estrutural de metabolismo antissocial do capital. Nos dias atuais, consideramos que a degradação das relações sociais de trabalho, que se expressa na superexploração para a extração da mais valia, mostra-se sob feições ainda mais profundas. Na compreensão do autor, difundem-se novas modalidades de superexploração deliberada do sobre trabalho, materializadas nas múltiplas formas de ser da precarização multifacetada pelo desemprego estrutural, pelos baixos salários, volatilidade das relações contratuais, até o mais expressivo grau da informalidade e da expropriação de direitos, que cada vez mais se disseminam.

Enfim, em tempos de pós pandemia, reiteramos que o capitalismo se desdobra, em sua lógica intrínseca e metabólica, nos múltiplos efeitos nomeados por [Antunes \(2020\)](#) como *capital pandêmico*, polarizando abissalmente os conflitos de interesses entre os possuidores dos meios de produção e a imensa parcela das classe trabalhadora, da qual a classe docente brasileira não está ilesa.

## 2. A Pandemia da Covid-19 e os impactos para o trabalho docente no Brasil

A luta é histórica. A maneira como a luta se dá também é histórica, espaço-temporal.

(...) O fundamental é saber que a luta não se acabou, não se acaba, que, sendo histórica, muda a maneira de apresentar-se, de fazer-se, e por isso tem que ser reinventada em função das circunstâncias históricas e sociais (Freire 2018, p. 51).

Historicamente os tensionamentos provocados pela elite do capital no campo da educação, sobretudo para a educação pública, gratuita, laica e referenciada socialmente pelas classes populares, e, em igual medida para o *saberfazer* docente destas instituições, tem marcado disputas territoriais, ideológicas e materiais acirradas ao longo dos tempos.

Amparadas em Freire (2005), conforme nos sinalizam Araújo, Oliveira, Trindade e Nicolau (2021), entendemos que o momento pandêmico representa: “*situações-limites* que precisam ser problematizadas a partir de uma perspectiva de atuação para a *práxis*, no qual o diálogo teoria-prática engendra uma busca da consciência libertadora de *estar no mundo*”.

Na direção de tais situações limites, a chegada da Pandemia da Covid-19 abre uma janela maior de possibilidades lucrativas e para a intensificação das investidas e do monopólio educativo por parte da mercantilização/empresariamento da educação e da precarização docente já em curso antes da pandemia.

Amanda Silva e Deise Mancebo nos sinalizam que,

É preciso destacar que a crise sanitária não trouxe grandes novidades para o mundo do trabalho, apenas aprofundou aceleradamente processos em curso na lógica destrutiva do capital, escancarando a precarização e a perda de direitos. (Silva e Mancebo 2022, p. 2).

Frigotto (2016), já sinalizava bem antes da pandemia que temos experimentado, no bojo da sociedade capitalista, uma *crise do processo civilizatório*, resultado das metamorfoses do capital e das engrenagens que compõem a estrutura de manutenção e reinvenção do capitalismo e que, por este motivo, não são feitas para serem resolvidas. Com isso, tal materialização da sociedade capitalista compromete, mais e mais, as condições básicas “civilizatórias” de existir, que minimamente, garantiriam o acesso à alimentação, ao atendimento de saúde, à habitação digna e à educação.

De acordo Andrade e Motta (2022, p. 1), “Empresariamento da educação é um termo assombroso para todos aqueles que defendem um modelo de educação pública financiada pelo Estado em sentido estrito; de qualidade socialmente referenciada, laica, equânime e de algum modo emancipatória”.

Segundo as autoras, o conglomerado liberal que defendia a implementação do empresariamento na educação brasileira se aproveita do momento histórico de redemocratização da educação brasileira, no final da década de 1980, a partir da necessidade latente de construção de novos referenciais educacionais, societários que não

se identificassem com o período ditatorial, para o qual se buscava superar. Desta forma, há cerca de 30 anos temos experimentado diferentes tensionamentos e lutas contra as propostas de uma educação repleta de “mágicas soluções liberais, propostas por essa fração, no seio da educação brasileira” (Andrade e Motta 2022, p. 2).

A chegada da pandemia da Covid-19 abre uma oportunidade para estes grupos em estarem ampliando sua inserção nos contextos educacionais brasileiros, a partir de uma lógica de educação virtualizada. Somado a isso, precisamos considerar que, conforme nos sinalizam as professoras Amanda Silva e Deise Mancebo,

A chegada da pandemia do novo coronavírus no Brasil encontrou o país em situação bastante complexa. Ao quadro de crise econômica, política e social que já se apresentava, somou-se a crise sanitária, conduzindo o país a um dos piores momentos da sua história (Silva e Mancebo 2022, p. 2).

Conforme nos sinalizam as autoras,

O governo Bolsonaro é marcado por uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora. Sua escolha pela necropolítica impõe um extermínio a todos/as aqueles/as que ameacem o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia e seu desmatamento criminoso; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência (Castilho e Lemos 2021, p. 272).

Em dados recentes, (Brasil, Painel Coronavírus, 2023) o Brasil teve um quantitativo de 37.145.514 óbitos em razão da Covid-19, sendo o período de maior alcance e crescimento os anos de 2020 e 2021. De acordo com Oliveira e Junior (2020, p. 206) “O distanciamento social em decorrência da pandemia comprometeu uma das rotinas mais sagradas desde o século XIX: a vida escolar de milhões de crianças e jovens em todo o mundo.” Afinal, quem poderia imaginar que as escolas enquanto instituições educativas socialmente presenciais ficariam fechadas como parte das medidas de contenção do vírus? Entretanto, é necessário pontuar que as escolas estarem fechadas não significou ausência de trabalho docente, pelo contrário, nota-se um desgaste superior de dedicação e trabalho docente que se refletiram em diferentes âmbitos: o tecnológico, o material, o econômico, o social, e, sobretudo, as horas de dedicação e acompanhamento dos estudantes e famílias.

Para Oliveira e Junior (2020, p. 206), “apesar do muito que se tratou nas últimas décadas sobre as reformas educacionais para a sociedade do século XXI, constata-se que nenhum sistema educativo estava preparado para enfrentar a excepcionalidade dessa pandemia (p. 206).

Neste sentido, interessa-nos, particularmente, refletir e problematizar sobre o trabalho docente respectivamente no período de suspensão das aulas presenciais, trazendo como referência de análise algumas situações ocorridas em sistemas educativos brasileiros, em suas especificidades e particularidades, bem como, refletir sobre os

sentidos atribuídos, neste contexto, ao fazer docente, exacerbados no âmbito da sociedade capitalista brasileira, e seus tensionamentos para a manutenção do capital e de sua hegemonia.

Em diálogo com informações trazidas pelo Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX), que apontam para uma intensificação na perda de direito, na perda dos empregos dos professores em razão da pandemia da Covid-19, compreendemos junto aos autores [Antunes, \(2020; 2022\)](#), [Farage \(2020\)](#) e [Silva \(2020\)](#) que temos enfrentado, no campo contemporâneo do trabalho e da formação docente, dilemas e desafios cada vez mais recrudescidos no cenário social, tensionados pela lógica do capital.

Como exemplo da perda de direitos e dos postos, COLEMARX destaca os seguintes casos,

[...] no estado do Rio de Janeiro, várias prefeituras, alegando equilíbrio fiscal, optaram pela demissão ou suspensão de contratos de servidores - 400 em Búzios e, de acordo com o SEPE Costa do Sol, cerca de 900 em São Pedro da Aldeia. Em São Paulo, os professores eventuais, que recebem apenas pelas aulas dadas - já amargam a suspensão da remuneração. Em Porto Alegre, a prefeitura cortou o repasse para escolas conveniadas e colocou 4 mil educadoras em situação de desemprego em plena pandemia. O governo de Mato Grosso não renovou o contrato de 10 mil trabalhadores temporários da educação devido à suspensão das aulas. Em Goiânia foram 3 mil temporários dispensados, que, por sua situação contratual, não têm direito ao seguro-desemprego ([COLEMARX<sup>1</sup> 2020, p. 18](#)).

Seguindo a realidade desafiadora trazida por [COLEMARX, Tavares \(2021\)](#), destaca a luta de mulheres por creches para seus filhos e filhas pequenos/as, na cidade de São Gonçalo/RJ. Diante da suspensão dos repasses dos recursos financeiros, pela prefeitura, para a rede conveniada de Educação Infantil, a pesquisadora denuncia o atraso de três meses no salário das professoras da referida rede municipal de educação da cidade. A justificativa dada pelo prefeito de São Gonçalo foi a de que a não prestação dos serviços educacionais, pelas creches conveniadas, às crianças da Educação Infantil, causou a suspensão dos recursos, e que sua manutenção, neste período, poderia ocasionar, quando do processo de comprovação dos gastos do município, ações de investigação por parte do Tribunal de Contas (TC). [Tavares \(2021\)](#) reflete sobre a complexidade do contexto pandêmico, focalizando as lutas populares junto ao poder público municipal no campo do direito à educação das crianças pequenas, “principalmente para ter acesso aos salários dos educadores/as” (p. 251).

De acordo com [Neris \(2020\)](#) a Prefeitura de Corumbá, localizada no município no estado de Mato Grosso do Sul, reduziu a jornada, cortou salários e mudou as gratificações dos servidores da referida rede municipal. Como decorrência de tais medidas, os docentes que atuavam em regime de 40 horas passaram a receber o vencimento correspondente por

---

<sup>1</sup> Autoria assinada pelo Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

24 horas de trabalho; já os que atuavam em regime de 32 horas passaram a receber proventos correspondente por 18 horas; e, por fim, os que atuavam em regime de 20 horas passaram a receber os proventos por 12 horas.

Em 14 de abril de 2020, segundo notícia em [RLagos](#) a Prefeitura de Rio das Ostras<sup>2</sup>, publicizou a rescisão de mais de mil contratos temporários de profissionais da área da Educação, do referido município. A justificativa dada pela gestão municipal foi a de que tais medidas se faziam necessárias para equilibrar as contas públicas, atingidos pela pandemia do novo coronavírus. Tal medida totalizou, na ocasião, o quantitativo de 1.161 profissionais da Educação que tiveram seus contratos rescindidos no âmbito da educação municipal da Prefeitura de Rio das Ostras.

A Prefeitura de São Benedito<sup>3</sup>, em notícia publicizada pela Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Ceará ([Fetamce 2020](#)), cortou a gratificação dos professores da cidade no contexto da pandemia e embora tenha prometido que devolveria o benefício não cumpriu o acordo.

Em notícia divulgada pelo Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba, o [SISMMAC \(2020\)](#), a Prefeitura de Curitiba criou uma Lei Complementar 173/2020 sancionada em 27 de maio de 2020 que retira os direitos dos servidores públicos, congelando a contagem de tempo de serviço para aquisição de quinquênio e licença prêmio no período de 28/05 de 2020 a 31/12 de 2021.

De acordo com o [APP SINDICATO \(2020\)](#) a Prefeitura Municipal da cidade de Mandaguari, cortou o provento dos professores que cumpriam jornada suplementar, ou dobra de carga-horária para atender a demanda de carência de docentes na referida rede municipal e substituiu tais docentes por professores de processo simplificado de contratação, ato que reduz o custo salarial pela hora aula. Os referidos docentes ficaram sem os vencimentos da jornada suplementar ou dobra de carga horária justamente em um período de crise sanitária.

Perante tal realidade, cuja extensão se faz bem maior do que as notícias mencionadas aqui, e, em busca de contenção e respostas a este cenário de perdas complexas, foi proposto em 10 de junho o [Projeto de Lei nº 3261](#),<sup>4</sup> de 2020, cuja emenda “veda demissões dos trabalhadores da educação pública durante o período de emergência e calamidade de saúde pública.” Após aguardar um longo tempo pelo despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, o referido PL foi apensado ao [Projeto de Lei nº 3234](#)<sup>5</sup> de 2020, que ainda aguarda tramitação na Câmara.

---

<sup>2</sup> Cidade localizada na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Município do Estado do Ceará na região do nordeste brasileiro.

<sup>4</sup> Projeto de Lei 3261/2020. 2020. Veda demissões dos trabalhadores da educação pública durante o período de emergência e calamidade de saúde pública, acesso em 24 janeiro 2021.

<sup>5</sup> Altera a lei nº 8.745/1993 que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal” para impedir a rescisão de contratos feitos com base naquela lei durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 de que trata a lei 13.979/2020.

COLEMARX (2020) nos sinaliza, amparados nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o INEP, que a Educação Básica da rede pública brasileira, que é composta pelas modalidades da Educação Infantil o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em 2020 totalizava um conjunto de 47,9 milhões de matrículas e 2,2 milhões de docentes, atuando em 180,6 mil escolas. Tais dados nos permitem ter a dimensão do quantitativo de docentes que estão a sentir em sua rotina de trabalho os impactos da pandemia da Covid-19.

Ainda de acordo com COLEMARX (2020) o último censo escolar, realizado pelo INEP em 2019, apontou que apenas um percentual de 29,1% das instituições públicas de Ensino Fundamental e 61,9% das de Ensino Médio possuíam acesso à *internet*.

Tal dado se torna um agravante quando se considera a centralidade do uso e acesso à *internet*, sobretudo pelos sistemas de ensino públicos. Ainda que as/os estudantes não tivessem, neste momento pandêmico, a oportunidade de acessar a *internet* nas instituições escolares, uma vez que estas estavam fechadas sob medidas de contenção e propagação ao vírus, o baixo percentual de recursos indicados pelo COLEMARX anteriormente ao período pandêmico nos leva a crer na ausência de condições prévias para lidar com este momento centralmente digital, por parte dos estudantes, mas também por parte dos docentes.

Outra questão que não podemos deixar de pontuar é a presença de uma agravada diversidade econômica brasileira, intensificada com o aumento da pobreza e do desemprego no período pandêmico, e da ausência de políticas públicas efetivas por parte do governo federal que negligenciou e negou a pandemia da Covid-19, o que acentua as disparidades nas condições de acesso remoto entre docentes e estudantes, a permanência deste acesso, e, as condições de uso dos recursos e materiais tecnológicos, dentre outros aspectos. Cabe mencionar ainda que, em muitas regiões da extensão territorial brasileira, os docentes amargam longos anos sem reajuste salarial mesmo antes da crise sanitária da Covid-19, e intensificados por ela.

Neste cenário, o acesso à *internet* vai se configurando como uma rede complexa e de certa forma ambígua, uma vez que, em razão do isolamento/distanciamento social, o acesso à *internet* passa a representar, não somente a única possibilidade de interação entre as pessoas, como também uma forma de acesso à informação e a difusão de conhecimento, em uma realidade materializada em que a crise econômica se acentua e a classe popular amarga condições de acesso.

No bojo da realidade pandêmica, o acesso à *internet*, aos meios tecnológicos, envolve, além dos professores, professoras ou a/os estudantes, as próprias concepções sobre educação enquanto espaço formativo. Ainda que consideramos a presença das plataformas digitais e o acesso ao conhecimento, via *internet*, como presentes em nosso cotidiano e, de certa forma elencados como fundamentais na rotina da sociedade atual para grande parte da população que pode dela fazer uso, não podemos deixar de problematizar e criticar os riscos dessa nova era virtual, marcada pelo avanço desmesurado da chamada *indústria 4.0* (Antunes 2020), sobretudo no campo da educação, e seus desdobramentos para o trabalho docente, particularmente, no contexto da pandemia da Covid-19.

Não podemos perder de vista o fato de que, em agosto de 2020, de acordo com dados levantados por [Raquel \(2020\)](#), 46 milhões de brasileiros, que compõem sobretudo as classes D e E, não possuíam acesso à internet. Desse percentual, 45% justifica ser um serviço muito oneroso, e 37% apontam para a ausência de recurso tecnológico tais como celular, tablet, computador.

Contraditoriamente a este dado, conforme nos sinaliza [COLEMARX \(2020, 9\)](#) e a esta realidade concreta de desigualdade social e de ausência de condições de acesso à *internet* e aos aparatos tecnológicos por parte das classes populares, a chegada da pandemia se materializa como um cenário propício aos organismos internacionais, visando ampliar e solidificar um modelo de educação e de escola, de atuação docente que vem sendo defendido, há anos, pelos conglomerados capitalistas no contexto educacional: reafirmada pela teoria do capital humano, pela defesa das competências e habilidades, muito embora esta tentativa tenha como resposta a resistência e a crítica dos docentes ao longo dos anos.

De acordo com [COLEMARX \(2020\)](#), como parte destas investidas no campo da educação, as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial (BM) aos sistemas de ensino na pandemia da Covid-19, são as de sejam revisados os

[...] marcos regulatórios do ensino a distância, de forma que os pacotes de ensino remoto de entidades empresariais sejam reconhecidos como uma alternativa à instrução presencial na contagem dos dias letivos. Tanto o Banco Mundial quanto a UNESCO, disponibilizam lista de dezenas de produtos e serviços fornecidos por fundações e grupos empresariais, concedendo destaques a alguns. Recebem destaque os serviços da Khan Academy, cujos financiadores são a Fundação Bill e Melinda Gates, Fundação Lemann, Fundação Valhalla, Bank of America, Google, a empresa de telefonia AT&T e a indústria farmacêutica Novartis. No Brasil, identificamos que as redes estaduais de educação do Ceará e Mato do Grosso do Sul utilizam os seus serviços. Além da Khan Academy, a Fundação Lemann também se faz presente em 20 estados brasileiros por meio de parcerias com as secretarias estaduais para o fornecimento da Plataforma Rede Escola Digital. Desta forma, nos documentos elaborados para o enfrentamento da COVID-19, os organismos internacionais abandonam o *verniz* de imparcialidade e se aproveitam da pandemia para fazer marketing e vender serviços ([COLEMARX 2020, 9](#)).

Em acordo com o [COLEMARX \(2020\)](#), e em consonância com Freire (2005) entendemos que a falta de parcialidade frente a este momento não é ingênua, é política. O silêncio e a indiferença perante os sujeitos (docentes e estudantes) das classes populares que não possuíam acesso também é uma opção política em prol de uma sociedade do capital, cujas bases de sustentação se dá pela exploração, expropriação, precarização.

A venda e o consumo destas plataformas digitais, serviços, pacotes prontos e produtos em geral, para além de definirem toda uma organização da escolaridade aprisionada aos seus moldes, afetam e atingem de igual maneira a precarização do trabalho docente, que passa a ser cada vez mais próxima de uma ação reprodutora, transmissora e esvaziada de sentido criador, autônomo e também político.

Outro engessamento se dá por meio de um currículo pronto, engessado, ideologizado, que desconsidera, nega e silencia a pluralidade, a diversidade histórica, cultural, econômica, de gênero, e os tensionamentos, disputas ocorridas nos cotidianos sociais e portanto, escolares. Desta forma, tais materiais cumprem, para além do lucro oriundo de suas aquisições, um papel ideológico fundamental, de propagar uma prática educativa descomprometida com as questões sociais e com a transformação destas condições de opressão e produção de desigualdades.

Neste contexto,

O trabalho docente segue a tendência presente no mundo do trabalho atualmente, sob a égide da “plataformização” (OIT, 2021), uma vez que também vem sendo pautado por uma nova lógica de organização, gerenciamento e controle (ABÍLIO, 2022), aumentando assim a precarização e a intensificação de maneira que as atividades do professor têm sido cada vez mais diversificadas, em maior número, em condições diversas e gestadas a partir da lógica do trabalho remoto junto ao presencial. (Silva e Mancebo 2022, 2)

Tem sido recorrente, conforme Carneiro (2020), sobretudo, considerando o ano de 2020, uma sobrecarga docente generalizada, e nos afirma que: “É como se os/as professores/as estivessem, por causa do trabalho remoto, em um plantão pedagógico de 24 horas por dia” (Carneiro 2020), ao terem que estar disponíveis *full time* para o atendimento aos estudantes e famílias pelo *whatsApp*, cujas mensagens ocorrem a qualquer tempo, inclusive de madrugada.

Ainda sobre este cenário de sobrecarga e precarização do trabalho docente o COLEMARX (2020) sinaliza ainda que outra recomendação desses conglomerados empresariais é que seja concedida

[...] maior flexibilidade nos contratos e na organização do trabalho dos professores, de forma que possam conjugar a prestação de serviços educacionais, apoio social, colaboração com outros professores e suporte às famílias. Recomenda que, nos casos em que se utilizem programas de televisão como meio educacional, o trabalho pedagógico do professor possa ser substituído por outros profissionais como atores, músicos ou médicos, ficando o professor responsável por tirar dúvidas e fazer contato com as famílias por meio de mensagens de e-mail ou por telefonia (SMS) (COLEMARX 2020, 9-10).

Chamamos a atenção para a legitimação de tal sobrecarga, pois não é estabelecido um período de tempo para tal tarefa e ainda a total desqualificação docente, uma vez que se defende que o trabalho pedagógico do professor possa ser substituído por outros profissionais, tais como atores, músicos e médicos, cabendo ao professor o lugar de tirar dúvidas pelos contatos telefônicos.

COLEMARX (2020), aponta ainda como orientações da OCDE e do BM:

Que os currículos da formação de professores sejam ajustados para flexibilizar a carga horária do estágio docente;



Que se flexibilize a regulamentação dos fundos de forma a permitir o uso de recursos para auxiliar os pais a se formarem como tutores e a criar caminhos alternativos para a formação de professores.

Além de tais mecanismos capitalistas e neoliberais, afetar a estabilidade, os salários, os direitos trabalhistas conquistados com luta, atingindo a autonomia docente e seu fazer pensar político pedagógico, alcança ainda os espaços de formação docente, implicando em sua posterior atuação. Consideramos a experiência dos estágios como o exercício formador da docência uma experiência fundamental no processo formativo e legítimo dos/as estudantes. Uma vez que tais espaços passam a sofrer alterações em razão de orientações de conglomerados capitalistas, seu sentido formativo, crítico, transformador e ontológico vai sendo esvaziado. Percebemos que as ofensivas à precarização docente chegam inclusive aos espaços de formação e profissionalização dos/as professores/as.

*Uberização do trabalho*, distintos *modos de ser* da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que se expande e se desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos (Antunes 2022, 20).

Este contexto ao qual Antunes menciona já estava presente antes da pandemia no cenário social brasileiro e se intensifica com a chegada da pandemia da Covid-19. Os metabolismos do capital reverberam no mundo do trabalho dentro de um contexto ampliado, e por sua vez atingem também o trabalho docente.

Como a força de trabalho é também uma *mercadoria* (em verdade, uma mercadoria *especial*, pois é a única que cria valor), sua *incessante redução* torna-se também objeto dessa mesma *tendência decrescente do valor de uso das mercadorias*, assim como a natureza é tomada como se fosse infinita e eterna para o uso destrutivo do capital (Antunes 2022, 19).

A corrosão do trabalho tem atingido os docentes mesmo antes da pandemia da Covid-19, através de políticas de estratificação da categoria em diferentes redes públicas de ensino, por meio do aumento de contratos temporários de serviço e de várias formas de terceirização surgidas em 2016 e 2017 (Silva 2019; 2020), assim como, o aumento e ampliação da jornada de trabalho e os baixos salários. Esses indicativos apontam que está em marcha uma nova forma de precarização do ofício docente (Silva 2019; 2020), constituída por múltiplas manifestações que atinge, desde os professores com vínculos estatutários, até e, principalmente, os que estão nos grupos com maior vulnerabilidade em seus vínculos empregatícios, o que agrava o quadro de exploração do trabalho docente.

COLEMARX (2020) aponta que o uso de diferentes nomenclaturas, tais como “ensino remoto, comunicação remota, aulas remotas, aulas online, modalidades alternativas”, às quais acrescentamos o *ensino remoto emergencial*, descaracterizam as especificidades de uma Educação a Distância (EaD), considerando que, para a sua implementação, se faz necessário o cumprimento de regulamentações específicas e a adaptação do ensino pela via tecnológica, além de forçar, os docentes, ao trabalho remoto desregulamentado, inculindo

a esses profissionais a responsabilização pela sua efetiva realização, não oportunizando espaços oficiais para as discussões coletivas docentes sobre a presença dos contraditórios neste contexto.

Farage (2020), propõe uma indagação: *O que este momento da pandemia gera aos professores?* Neste contexto, não somente os docentes, mas também os estudantes e suas famílias passam a custear os gastos com luz, *internet*, equipamentos, espaços específicos, dentre outros, para a participação nos encontros virtuais. Importante lembrar a realidade para alguns docentes de redução de proventos, justamente em um contexto em que são forçados a arcar financeiramente com o aporte tecnológico, físico e material para a realização do trabalho virtual desregulamentado.

Conforme Silva e Mancebo (2022, p. 4) não há menção na legislação brasileira para o termo “trabalho remoto”, consta na Lei da (Contra) Reforma Trabalhista n.13.467, de 13 de julho de 2017 o termo “teletrabalho”, detalhado como, “(...) a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”.

Silva e Mancebo (2022, p. 4), destacam que “a nova legislação não cumpre a finalidade de proteção jurídica do trabalhador, uma vez que as questões essenciais da relação de trabalho foram simplesmente remetidas ao contrato entre as partes.

Tais realidades, tem avançado e se capilarizado exponencialmente para o campo da educação pública e do fazer docente, e acentuam uma individualização, um enfraquecimento dos espaços de discussões e críticas coletivas frente a perda de direitos e ao enfraquecimento das instancias sindicais, amplamente atacadas no governo federal de 2018 a 2022.

É preciso considerar, conforme COLEMARX (2020) que a chegada da pandemia da Covid-19 e a necessidade de fechamento das instituições educativas como medidas de contenção da propagação do vírus, a inserção desta realidade virtual implementa uma prática pedagógica pública em sua totalidade mediatizadas pelas TICs, e que tal prática não está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>6</sup> (LDBEN) n. 9.394, de 1996, que preceitua a garantia de igualdade de oportunidades educacionais para os estudantes, mesmo diante de períodos atípicos.

O que constatamos diz respeito a uma ampliação das relações complexas que se estabelecem no tensionamento entre diferentes perspectivas de educação e sociedade. Este tensionamento tem se revelado na prática, há anos, em mecanismos cruéis de dominação, exploração, precarização, controle dos processos educativos por parte dos grupos hegemônicos e aliados do capital. A atuação docente passa a ser alvo central nestes processos.

---

<sup>6</sup> Brasil. 1996. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, D.F.

Desta forma, intencionamos resgatar neste artigo elementos conjunturais, estruturais e materiais que revelam as condições precarizadas do trabalho docente em um período pandêmico provocado pela Covid-19, como marcas de uma materialidade latente, em tensionamentos e disputas, para os quais, nos instrumentalizamos do diálogo com os pressupostos marxistas, pois acreditamos na atualidade desta vertente filosófica para produzir e construir formas alternativas e viabilidades inéditas de transformação.

### Discusión y conclusiones

As considerações tecidas nesse artigo conclamam a pensar caminhos e ações contra-hegemônicas que possam enfrentar a contínua relação dialética entre capital e trabalho, nas mais diversas formas de exploração e expropriação da classe trabalhadora, no Brasil, e em todo o mundo.

Nos termos da discussão proposta, na qual buscamos diálogo com as proposições marxianas, fazemos um convite à uma inflexão na contramão dos valores hegemônicos do capital, há décadas e séculos em curso, em direção ao campo do pensamento socialista, onde a ideia do coletivo, da igualdade de oportunidades e dos direitos socialmente conquistados, é colocada no centro do debate.

No contexto brasileiro, após duros anos de um governo de extrema direita neoliberal (2019-2022), a sociedade mostrou seus anseios por justiça social, por políticas efetivas de preservação da vida humana em suas mais variadas formas, social, econômica, ambiental, científica, entre outras. Nas últimas eleições ocorridas no país, em 2022, os cidadãos brasileiros mostraram que a política e a democracia são espaços legítimos de disputas por hegemonia de sentido, onde distintos projetos de sociedade são acirradamente defendidos e colocados em jogo.

No atual cenário brasileiro, cujo governante que volta ao governo é um legítimo representante da classe dos trabalhadores, consideramos que estamos caminhando em direção a uma sociedade mais justa e menos desigual. Projeta-se um horizonte de reconstrução dos direitos básicos no que tange à segurança alimentar, salários mais dignos e condizentes com as necessidades das famílias, políticas de segurança alimentar, de garantia de oportunidade educacionais, previdência, trabalho e renda, entre outras, o que entendemos impactar, diretamente, a classe do professorado, no país, além dos trabalhadores em geral, de certo.

Enfim, consideramos que os argumentos encadeados no presente artigo, possibilitam retomar o pensamento de Marx, entendido, em um de seus aspectos, como a *atualidade da revolução*, conforme mencionamos na introdução deste trabalho. Entendemos como necessário o esforço coletivo no sentido de buscar o enfrentamento do capitalismo em seus desdobramentos mais contemporâneos, e complexos. Assim, no contexto da pandemia, em que passamos por uma das mais desafiadoras fases da humanidade, foi possível vislumbrar as metamorfoses do “capitalismo pandêmico” (Antunes, 2022) nas relações de trabalho, de modo especial, do professorado, o que buscamos destacar no artigo.

## Referencias

- Alencar, C. & Pessanha, F. (2021). Conscientização e *práxis* Em: *Ao mestre com carinho: Professoras e professores das infâncias em diálogo com Paulo Freire*. Nau editora.
- Amaral, N. (2017). Com a PEC 241/55(EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?. *Revista Brasileira de Educação*, 71(22), 1-25. <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vwyZL8rxmfNwTB7pf9s9L8z/abstract/?lang=pt>
- Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. Em: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Editado por Emir Sader e Pablo Gentili, 9-23. Paz e Terra.
- Andrade, M. C. & Motta, V. (2022). O empresariamento da educação de novo tipo e seus agentes: o empresariado educacional do tempo presente. *Trabalho Necessário*, 20 (42), 1-27 <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.54290>
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. Boitempo.
- Antunes, Ricardo. 2022. *Capitalismo Pandêmico*. Boitempo.
- APP SINDICATO. (2020). Prefeitura de Mandaguari corta salários de Professores(as) durante a pandemia. Em um ato arbitrário, a prefeitura afastou professores(as) que cumprem jornada suplementar. <https://appsindicato.org.br/app2/prefeitura-de-mandaguari-corta-salarios-de-professoras-durante-a-pandemia/>
- Araújo, M. Oliveira, D., Aparecida Correia Trindade, R., dos S. Nicolau, G. (2020). A atualidade de Paulo Freire em tempos de pandemia: tecendo diálogos sobre os desafios da educação e do fazer docente. *Práxis Educativa*, 16, 1-20. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.16610.009>
- Bresser-Pereira, L. C. (1996). Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, 120(1), 7-40. <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>
- Cahen, M. & Braga, R. (2018). Anticolonial, pós (-) colonial, decolonial: e depois? Em: *Para além do pós (-) colonial*. Editado por Cahen, Michael e Braga, Ruy. Alameda.
- Carneiro, W. (2020). “Pandemia e pós-pandemia: desafios à educação”. Publicado pelo Canal Waldeck Carneiro, 2020. Facebook Watch. Data de acesso em 2 junho, <https://www.facebook.com/341216022616408/videos/1070074190052901/>
- Castilho DR, Lemos EL de S. (2021). Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira”. *Rev katálysis*. 24(2):269-79. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>
- Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE). (2022). *Desemprego cai em 22 estados no 2º trimestre; Bahia e Pernambuco têm as piores taxas*. (CEBRASSE), 16 de agosto, acesso em 23 de março de 2023. <https://blog.cebrasse.org.br>
- Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). (2022). *Pobreza extrema na região sobe para 86 milhões em 2021 como consequência do aprofundamento da crise social e sanitária derivada da pandemia da COVID-19*. *Nações Unidas/CEPAL*, 25 de janeiro, data de acesso em 23 março 2023. <https://www.cepal.org/pt->

[br/comunicados/pobreza-extrema-regiao-sobe-86-milhoes-2021-como-consequencia-aprofundamento-crise](#)

- COLEMARX. (2020). *Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas*. Rio de Janeiro: COLEMARX, UFRJ.
- Farage, E. (2020). Para quem serve o Ensino a Distância em tempos de pandemia?. *Esquerda online*. <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/15/para-quem-serve-o-ensino-a-distancia-em-tempos-de-pandemia/>
- Farenzena, N. (2021). Despesas em ações da assistência financeira da União na Educação Básica no período 2014-2020. *Eccos - Revista Científica*, 58, 1-17. <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/20849/9250>
- Fernandes, F. (1972). *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Zahar Editores.
- Fernandes, F. (2008). *A revolução burguesa no Brasil: em ensaio de interpretação sociológica*. Editora Globo.
- Fetamce. (2020). Após promessa, Prefeitura de São Benedito não reestabelece gratificações de professores, <https://fetamce.org.br/promessa-prefeitura-de-sao-benedito-nao-restabelece-gratificacao-de-professores/>
- Freire, P. (1992). *Educação como prática da liberdade*. 21. ed. Paz e Terra.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia do Compromisso: América Latina e Educação Popular*. 1. ed. Paz e Terra.
- Frigotto, G. (2016). As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Editado por Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta, 45-86. Expressão popular.
- Frigotto, G. (2017). A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. Em *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Editado por Gaudêncio Frigotto Rio de Janeiro: UERJ, LPP.
- Harvey, D. (2020). Política anticapitalista em tempos de COVID-19. Em *Coronavírus e a luta de classes*. Editado por Davis, Mike et al, 13-24. Brasil: Terra sem Amos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021). *População residente estimada*. <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchphrase=all&searchword=populacao%20residente%20estimada>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Desemprego*. <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>
- Laboratório de Dados Educacionais (LDE). (2020). Plataforma de Dados Educacionais. <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/>

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Nº 9.394, de 20 de dezembro. (1996). Brasília, D.F. <http://portal.mec.gov.br/>
- Lowy, M. (2016). Da tragédia à farsa: O golpe de 2016 no Brasil. Em *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise*. Editado por Jinkings, Ivana et al, 61-67. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2006). Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro. Expressão Popular.
- Mészáros, I. (2002). Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição. Boitempo.
- Mészáros, I. (2008). A educação para além do Capital. Boitempo.
- Ministério da Saúde (MS). (2023). Coronavírus/Brasil. Painel Coronavírus, acesso em 17 março 2023. <https://covid.saude.gov.br/>
- Neris, G. (2020). Prefeitura de Corumbá reduz jornada, corta salários e muda gratificações. *Campo Grande News*, <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/com-queda-na-receita-prefeitura-readequa-gratificacoes-e-salarios>
- Oliveira, D. & Junior, E. (2020). Desafios para ensinar em tempos de pandemia: as condições de trabalho docente. Em *Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. Gráfica e Editora Positiva: CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente.
- Poulantzas, N. (1988). O Estado, o Poder, o Socialismo. Graal.
- Projeto de Lei (PL), Nº 3261, de 10 de junho. (2020). Brasília, D.F. <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2255010>
- Projeto de Lei (PL), Nº 3234. (2020). Brasília, D.F. <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2254943>
- Prefeitura de Rio das Ostras demite mais de mil profissionais da Educação (2020). *Rlagos Notícias*. <https://rlagosnoticias.com.br/2020/04/14/prefeitura-de-rio-das-ostrasdemite-mais-de-mil-profissionais-da-educacao/>
- Raquel, M. (2020). Quem são as pessoas que não têm acesso à internet no Brasil?, *Brasil de Fato*, <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/quem-sao-as-pessoas-que-nao-tem-acesso-a-internet-no-brasil>
- Silva, A. M. (2019). A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. *Trabalho Necessário*, 17(34), 229-251. <https://doi.org/10.22409/tn.17i34.p38053>
- Silva, A. M. (2020). Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 5(9), 587-610. <https://doi.org/10.29404/rtps-v5i9.698>
- Silva, A. & Mancebo, D. (2022). Universidade, pandemia e mudanças tecnológicas: impactos para o trabalho docente. *Trabalho, Política e Sociedade*, 7(12), 01-16.

- SISMMAC. (2020). Prefeitura aplica lei federal e congela quinquênios e licença-prêmio. <https://sismmac.org.br/prefeitura-aplica-lei-federal-e-congela-quinquenios-e-licenca-premio/>
- Tavares, M. T. (2021). Movimentos sociais e a luta de mulheres por creches na pandemia do coronavírus: a experiência das creches comunitária sem São Gonçalo. Em *Lições da pandemia: Movimentos sociais e a luta por direitos no Brasil*. Editado por Maria Tereza G. Tavares e Rosa Malena de Araújo Carvalho, 75-98. Nau editora.
- Weffort, F. (1996). Marx: política e revolução. Em *Os Clássicos da Política*. Editora Ática.